

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 05/2021 - Outubro/2021



ÍNDICE

06

Boletim Informativo - CAOPAM

07

Notícias do MPBA - Reunião interinstitucional discute medidas de enfrentamento à sonegação previdenciária nos municípios

08

Notícias do MPBA - PGJ participou de reunião com coordenadores dos Centros de Apoio

09

Notícias do MPBA - MP denuncia ex-prefeito de Poções por crime de responsabilidade

09

Notícias do MPBA - Justiça determina afastamento de chefe de gabinete de Poções a pedido do MP

09

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Poções realização de concurso público de provas e títulos

10

Notícias do MPBA - Poções: licitação que viola princípio do concurso público será sustada por decisão do TCM

10

Notícias do MPBA - Representação do MP é acatada e TCM anula licitação em Euclides da Cunha

10

Notícias do MPBA - MP recomenda à Secretaria Estadual de Cultura transparência na divulgação dos concursos públicos



11

Notícias do MPBA - Estado da Bahia é acionado por realizar “pejotização” ilegal de médicos

11

Notícias do MPBA - Município de Ilhéus é acionado para revogar decreto que renovou mandato de conselheiros de saúde

11

Notícias do MPBA - MP recomenda prefeito de Ilhéus a pagar mais de R\$2 milhões não recolhidos ao INSS

12

Notícias do MPBA - MP firma acordo com Município de Seabra para regularizar contratos temporários na Secretaria Municipal de Saúde

12

Notícias do MPBA - Município de Itabuna se compromete com MP a realizar concurso público para seus servidores

12

Notícias do MPBA - MP recomenda exoneração de servidores em Cruz das Almas em situação de nepotismo

13

Notícias do MPBA - MP recomenda aos Municípios de Candiba e Pindaí provimento de pessoal da Controladoria Interna via concurso público

13

Notícias do MPBA - MP recomenda aos Municípios de Guanambi e Pindaí recadastramento dos servidores públicos municipais

13

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Guanambi anulação de locação de imóvel por irregularidades na dispensa de licitação



ÍNDICE

14

Notícias do MPBA - Operação Inventário: Cinco são denunciados por operar esquema de fraudes processuais

14

Notícias do MPBA - Operação Inventário: Justiça mantém prisões e determina indisponibilidade de bens de denunciados

14

Notícias do MPBA - Operação Inventário: MP denuncia cinco pessoas

14

Notícias do MPBA - Operação Cartel Forte: Quatro pessoas são denunciadas por esquema criminoso no Detran

15

Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Nazaré é acusado de improbidade

15

Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Riachão do Jacuípe é acusado de improbidade

15

Notícias do MPBA - Ex-prefeitos de Muniz Ferreira são acionados por improbidade

16

Notícias do STF

19

Notícias do STJ



Prezados colegas,

Apresento a quinta edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2021. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Reunião interinstitucional discute medidas de enfrentamento à sonegação previdenciária nos municípios

A procuradora-geral de Justiça Norma Angélica Cavalcanti recebeu na tarde desta terça-feira (5) representantes da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) para discutir estratégias de atuação conjunta no enfrentamento à sonegação de pagamentos de contribuições previdenciárias pelos municípios baianos. O objetivo do encontro foi discutir ações preventivas e repressivas que serão adotadas juntos aos municípios que descontam as contribuições previdenciárias dos servidores, sem, contudo, repassar à Receita Federal os valores devidos, resultando na imposição de juros e multas caracterizadores de graves danos ao erário municipal, que já ultrapassam a cifra dos bilhões em todo o Estado.

Participaram do encontro o promotor de Justiça Frank Ferrari, do Centro de Apoio às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam); Francisco Lessa, superintendente da RFB na 5ª Região Fiscal; o superintendente adjunto da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, Ricardo da Silva Machado; [...]



[+ Veja mais](#)



PGJ participou de reunião com coordenadores dos Centros de Apoio

Nesta quarta-feira (08), a procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, juntamente com o procurador-geral Adjunto, Paulo Marcelo Costa, e o chefe de gabinete, Pedro Maia participou da reunião mensal com coordenadores do Centro de Apoio, na sala de Sessões, do Centro Administrativo da Bahia (CAB). O objetivo da reunião, que acontece mensalmente, é o de fazer um balanço das ações e assuntos estratégicos dos Centros de Apoio.



A abertura da reunião foi conduzida pela PGJ que agradeceu a presença de todos e reforçou a necessidade de retomar as reuniões no formato presencial. No seu pronunciamento, a PGJ ratificou que os Centros de Apoio foram os mais prejudicados com o contingenciamento, em face do novo cenário de pandemia. "Faltou dinheiro para muitos projetos, mas vamos envidar esforços para que tenhamos um 2022 muito melhor" reforçou a PGJ.

A PGJ falou, também, que foi necessário convocar 30 (trinta) promotores, mesmo em período tão adverso, "mas temos o compromisso de ampliar a atuação finalística". [...]



MP denuncia ex-prefeito de Poções por crime de responsabilidade

O Ministério Público estadual denunciou nessa quinta-feira (21) o ex-prefeito do Município de Poções em razão dele ter ordenado e efetuado despesas não autorizadas por lei e em desacordo com as normas financeiras pertinentes, o que caracterizou crime de responsabilidade. Segundo o promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite [...]

[+ Continue lendo](#)

Justiça determina afastamento de chefe de gabinete de Poções a pedido do MP

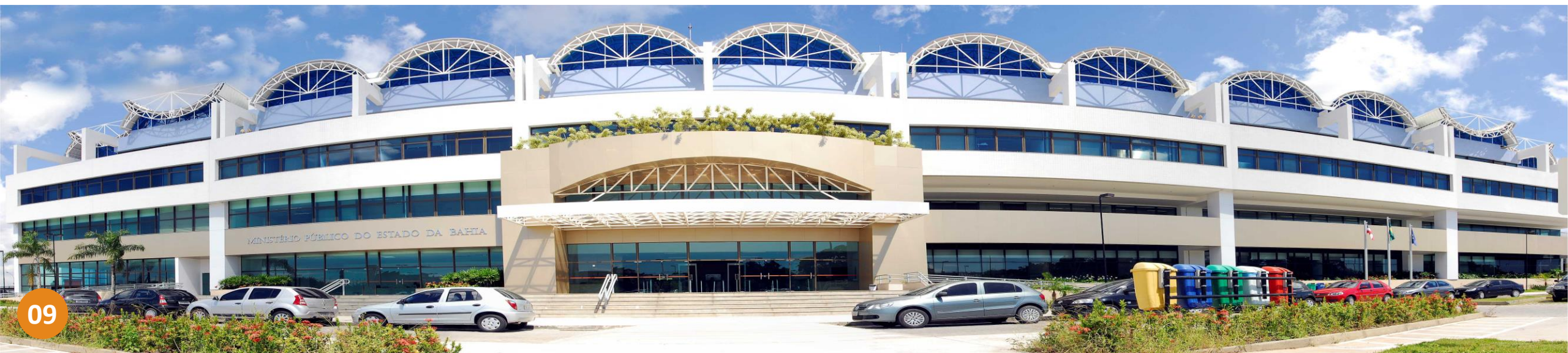
A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou o afastamento cautelar do chefe de gabinete do Município de Poções, que está sendo investigado por ter efetuado despesas não autorizadas por lei e em desacordo com as normas financeiras. Segundo o promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, autor da ação [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda ao Município de Poções realização de concurso público de provas e títulos

O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Poções que realize concurso público de provas e títulos para substituir os servidores contratados temporariamente e trabalhadores terceirizados ilicitamente, bem como para formação de cadastro de reserva. O resultado do concurso deve ser homologado [...]

[+ Prossiga](#)

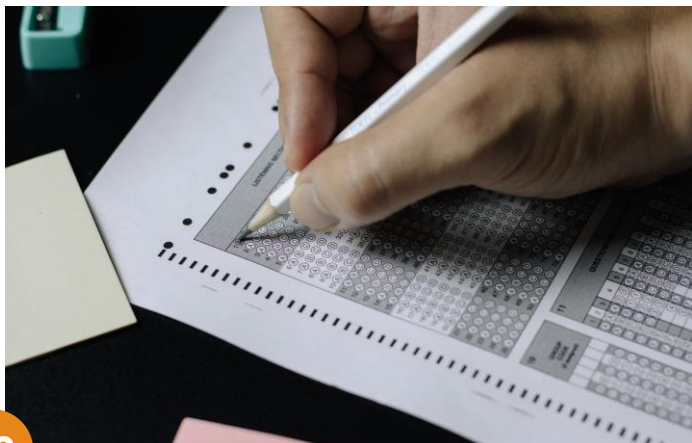




Poções: licitação que viola princípio do concurso público será sustada por decisão do TCM

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA), atendendo um pedido do Ministério Público estadual, determinou que o município de Poções suste imediatamente a ata de registro de preços número 17 de 2021, em relação aos serviços de apoio administrativo I, II e III, digitação, recepção, serviços de cadastro imobiliário, de apoio à fiscalização de obras, de orientação social, cuidador [...]

[+ Leia mais](#)



Representação do MP é acatada e TCM anula licitação em Euclides da Cunha

A pedido do Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) determinou a anulação da licitação que resultou na contratação pela prefeitura de Euclides da Cunha da empresa 'Atlântico Locação de Equipamentos e Pavimentação'. O TCM acatou representação formulada pela promotora de Justiça Lissa Aguiar Andrade, contra o prefeito de Euclides da Cunha, Luciano Damasceno e Santos, em razão de irregularidades no pregão que envolveu cerca de R\$3.568 milhões. O pregão presencial nº 026/2020 teve como objeto a contratação de empresa especializada para locação de maquinário pesado, caminhões e caminhonetes para recuperação e manutenção das estradas vicinais do Município de Euclides da Cunha. [...]

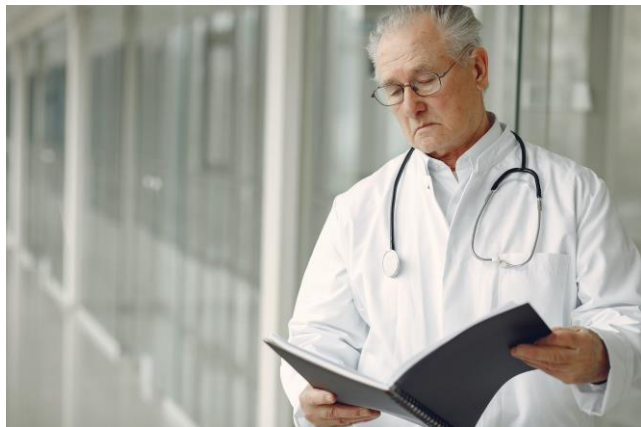
[+ Continue lendo](#)



MP recomenda à Secretaria Estadual de Cultura transparência na divulgação dos concursos públicos

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Pedro Paulo Vilela, recomendou à Secretaria Estadual de Cultura (SEC) que dê transparência às comunicações relacionadas aos concursos públicos, em especial o edital nº 21/2019 – Setorial de Literatura 2019. Além disso, a SEC deve conceder aos candidatos prazos razoáveis para eventuais alterações de projetos, além de disponibilizar em e-mails cadastrados as [...]

[+ Confira](#)



Estado da Bahia é acionado por realizar “pejotização” ilegal de médicos

O Estado da Bahia foi acionado pelos Ministérios Públicos estadual e do Trabalho por prática irregular de “pejotização” de médicos em substituição a realização de concurso público. Na ação civil pública ajuizada ontem, dia 8, a promotora de Justiça Rita Tourinho e as procuradoras do Trabalho Rosineide Moura e Séfora Char apontam que o Estado, por meio da Secretaria estadual de Saúde (Sesab) [...]

[+ Veja mais](#)

Município de Ilhéus é acionado para revogar decreto que renovou mandato de conselheiros de saúde

O Município de Ilhéus foi acionado hoje, dia 15, pelo Ministério Público estadual para que seja obrigado pela Justiça a revogar o decreto municipal número 54 de 2021, que renovou o mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS) para o biênio 2021/2023. A ação do promotor de Justiça Pedro Nogueira Coelho pede ainda que o Judiciário determine que o Conselho de Saúde realize eleições para escolher as entidades que comporão o órgão. O Município suspendeu a realização das eleições com base numa resolução do Conselho Nacional de Saúde, que previa essa possibilidade, em decorrência da pandemia de Covid-19, porém apenas quando a eleição “se mostrasse inviável, o que só poderia ser verificado quando da expiração [...]

[+ Prossiga](#)



MP recomenda prefeito de Ilhéus a pagar mais de R\$2 milhões não recolhidos ao INSS

O prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre Correa de Souza, foi recomendado hoje, dia 1º, pelo Ministério Público estadual, a cumprir a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e pagar, no prazo de 30 dias, R\$2.246.723,93 ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O valor se refere a irregularidades praticadas no exercício financeiro de 2019. A recomendação do promotor de Justiça Pedro Paulo de Paula Vilela Andrade orienta o gestor municipal a realizar os próximos [...]

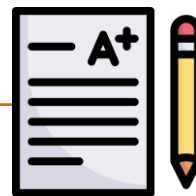
[+ Confira](#)



MP firma acordo com Município de Seabra para regularizar contratos temporários na Secretaria Municipal de Saúde

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Fernando Rogério Pessoa, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Seabra para regularizar o quadro de pessoal vinculado à Secretaria Estadual de Saúde. Segundo as apurações do MP, o Município de Seabra, em junho de 2020, contava com mais de 240 profissionais contratados em regime temporário vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. Muitos desses servidores foram contratados ainda em 2017, desempenhando serviços permanentes do Estado, tais como médicos, cirurgiões [...]

[+ Continue lendo](#)



Município de Itabuna se compromete com MP a realizar concurso público para seus servidores

O Município de Itabuna se comprometeu hoje, dia 29, a realizar, no prazo máximo de seis meses, um concurso público que possibilitará a rescisão dos atuais contratos temporários existentes. O acordo firmado junto ao Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Susila Ribeiro Machado, prevê que o concurso será voltado ao preenchimento dos cargos vagos do quadro de pessoal da Prefeitura, com base na demanda de serviço. Para assegurar a [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda exoneração de servidores em Cruz das Almas em situação de nepotismo

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Adriano Marques, recomendou hoje (8) ao Município de Cruz das Almas que anule, no prazo de 15 dias, as nomeações de todos os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança ou contratados temporariamente que sejam cônjuges, companheiros ou parentes por linha direta, colateral ou afinidade, até terceiro grau, da autoridade nomeante ou de outro servidor da mesma pessoa jurídica. O MP apura denúncias de que o prefeito teria realizado nomeações irregulares, que configurariam nepotismo. “A administração municipal não deve celebrar contratação [...]

[+ Leia mais](#)



MP recomenda aos Municípios de Candiba e Pindaí provimento de pessoal da Controladoria Interna via concurso público

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, recomendou aos Municípios de Candiba e Pindaí que realizem o provimento do quadro de pessoal da Controladoria Interna mediante concurso público. Além disso, os Municípios devem encaminhar ao MP, no prazo de 60 dias, cronograma [...]

[+ Prossiga](#)

MP recomenda aos Municípios de Guanambi e Pindaí recadastramento dos servidores públicos municipais

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, recomendou aos Municípios de Guanambi e Pindaí que realizem, no prazo de 90 dias, o recadastramento dos servidores públicos municipais, por meio de uma declaração de não-cumulação ou cumulação de cargos, funções ou empregos públicos. Segundo a promotora de Justiça, ficou configurada a acumulação remunerada de um servidor público que ocupava, ao mesmo tempo, o cargo em comissão de coordenador de agente de trânsito no Município de Guanambi com o cargo público efetivo de motorista de ambulância no Município [...]

[+ Veja mais](#)

MP recomenda ao Município de Guanambi anulação de locação de imóvel por irregularidades na dispensa de licitação

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, recomendou ao Município de Guanambi que anule imediatamente os atos que resultaram na locação de imóvel em razão de irregularidades na dispensa de licitação. Segundo a promotora de Justiça, o imóvel localizado na Avenida Sandoval Moraes, destinado [...]

[+ Continue lendo](#)





Operação Inventário: Cinco são denunciados por operar esquema de fraudes processuais

Cinco suspeitos de integrarem uma organização criminosa que fraudava processos judiciais para beneficiar não herdeiros, foram denunciados por organização criminosa, fraude processual, estelionato e corrupção passiva hoje, dia 30, pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Combate às Organizações Criminosas e Investigações [...]

[+ Continue lendo](#)

Operação Inventário: MP denuncia cinco pessoas

Daniel Campos Carneiro Mehlem, Fábio Almeida, Heliana Souza Gonçalves, João Carlos Santos Novaes e Lúcio Flávio Duarte de Souza foram denunciados por fraude de documentos, falsidade ideológica, fraude processual, tentativa de estelionato e corrupção passiva, este último praticado pelos servidores públicos denunciados. A denúncia, apresentada [...]

[+ Veja mais](#)



Operação Inventário: Justiça mantém prisões e determina indisponibilidade de bens de denunciados

A Justiça recebeu a denúncia do Ministério Público estadual e manteve a prisão preventiva de Heliana Souza Gonçalves, Daniel Campos Carneiro Mehlem e Fábio Almeida, presos na segunda fase da operação inventário, no dia 16 de setembro de 2021. A decisão de ontem, dia 6, da Vara [...]

[+ Confira](#)

Operação Cartel Forte: Quatro pessoas são denunciadas por esquema criminoso no Detran

O Ministério Público estadual denunciou ontem, dia 21, Adriano Muniz Decia, Catiucia de Souza Dias, Rafael Ângelo Eloi Decia e Ivan Carlos Castro do Carmo por associação criminosa e lavagem de dinheiro. Os quatro foram apontados pela Operação Cartel Forte como operadores de esquema criminoso [...]

[+ Prossiga](#)



Ex-prefeito de Nazaré é acusado de improbidade

O ex-prefeito de Nazaré, Milton Rabelo de Almeida Júnior, foi acionado hoje, dia 8, pelo Ministério público estadual por atos de improbidade administrativa com pedido liminar de indisponibilidade de bens no valor de R\$ 432.341,95. O montante corresponde a valores devidos aos cofres públicos relativos às multas e ressarcimentos impostos pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA) e que não foram devidamente cobrados no exercício financeiro de 2014 e a gastos com publicidade sem comprovação. Na ação, o promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Mattos [...]

[+ Leia mais](#)



Ex-prefeito de Riachão do Jacuípe é acusado de improbidade

O ex-prefeito de Riachão do Jacuípe, José Ramiro Ferreira Filho, foi acusado hoje, dia 8, de ato de improbidade. A promotora de Justiça Verena Aguiar Silveira acionou o ex-gestor por ter agido de forma negligente no dever de conservação da frota de veículos do município. A ação pede que o ex-prefeito seja condenado ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente pelo prazo de cinco anos. Segundo a ação, os veículos [...]

[+ Confira](#)

Ex-prefeitos de Muniz Ferreira são acionados por improbidade

Os ex-prefeitos do Município de Muniz Ferreira, Clóvis dos Santos Penine e Wellington Sena Vieira, foram acionados hoje, dia 17, pelo Ministério Público estadual, por improbidade administrativa. Na ação, o promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira pediu que a Justiça determine o ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios [...]

[+ Prossiga](#)





Pensão vitalícia por morte de detentor de cargo eletivo - ADF 764/CE

RESUMO: A concessão de pensão vitalícia à viúva, à companheira e a dependentes de prefeito, vice-prefeito e vereador, falecidos no exercício do mandato (1), não é compatível com a Constituição Federal (CF).

Os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1027/2021 - Brasília, 03 de setembro de 2021



Aposentadoria de servidor policial: iniciativa parlamentar e tratamento diferenciado - ADI 5241/DF

RESUMO: É formalmente constitucional lei complementar — cujo processo legislativo teve origem parlamentar — que contenha regras de caráter nacional sobre a aposentadoria de policiais.

Não há se falar em violação das alíneas do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal (CF) (1), pois “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1027/2021 - Brasília, 03 de setembro de 2021

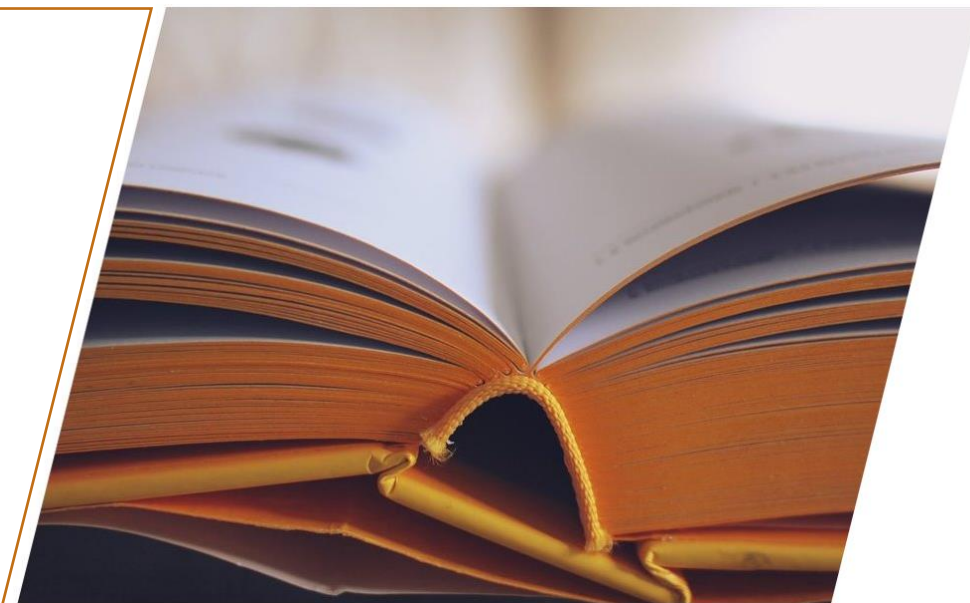


Critérios de aprovação nas provas físicas para pessoas com deficiência e direito à adaptação razoável - ADI 6476/DF

RESUMO: A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal (CF) e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (Decreto Legislativo 186/2008), incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1028/2021 - Brasília, 10 de setembro de 2021



Legitimidade para executar multa por danos causados a erário municipal - RE 1003433/RJ (Tema 642 RG)

RESUMO: Os estados não têm legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas, por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.

Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal [...]

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1029/2021 - Brasília, 17 de setembro de 2021



Fornecimento de dados à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e controle judicial de legalidade - ADI 6529/DF

RESUMO: Os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência somente podem fornecer dados e conhecimentos específicos à ABIN quando comprovado o interesse público da medida.

Os mecanismos legais de compartilhamento de dados e informações previstos no parágrafo único [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1033/2021 - Brasília, 15 de outubro de 2021





Concurso público. Exigência de título de Ensino Médio profissionalizante ou completo com curso técnico em área específica. Candidato portador de diploma de nível superior na mesma área profissional. Qualificação superior a exigida. Investidura no Cargo. Possibilidade.

DESTAQUE: O candidato aprovado em concurso público pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante ou completo com curso técnico em área específica, caso não seja portador desse título [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0710/2021 - Brasília, 27 de setembro de 2021

Improbidade administrativa. Sanções do art. 12 da Lei n. 8.429/1992. Prescrição. Pedido de ressarcimento dos danos causados ao erário. Prosseguimento da ação civil pública. Possibilidade.

DESTAQUE: Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0710/2021 - Brasília, 27 de setembro de 2021





Ação de improbidade administrativa. Recebimento da petição inicial. In dubio pro societate. Fundamento único. Impossibilidade.

DESTAQUE: A decisão de recebimento da petição inicial da ação de improbidade não pode limitar-se ao fundamento de *in dubio pro societate*. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0711/2021 - Brasília, 04 de outubro de 2021

Servidor público. Transferência. Interesse da Administração. Remoção de companheiro(a) servidor(a) público(a). Ato vinculado.

DESTAQUE: Havendo remoção de um dos companheiros por interesse da Administração Pública, o(a) outro(a) possui direito líquido e certo de obter a remoção independentemente de vaga no local de destino e mesmo que trabalhem em locais distintos à época da remoção de ofício. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0712/2021 - Brasília, 11 de outubro de 2021





Servidor Público. Carreira de Magistério do ensino básico. Técnico e tecnológico. Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Vantagem de caráter genérico. Pagamento a servidores aposentados. Direito à paridade. Cabimento.

DESTAQUE: O professor do ensino básico técnico e tecnológico aposentado anteriormente à vigência da Lei n. 12.772/2012, mas cujo certificado ou título foi obtido antes da inativação, tem direito ao Reconhecimento de Saberes e [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0713/2021 - Brasília, 18 de outubro de 2021

Súmula nº 650

A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990.

Súmula nº 651

Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0714/2021 - Brasília, 25 de outubro de 2021





Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenador

Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui